

**LEI Nº 1.394, DE 02 DE DEZEMBRO 1980.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA  
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE  
1981.~~**

Faço saber que não tendo a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo apreciado, no prazo estabelecido no art. 59 da Lei nº 2.760, de 30/03/73 (Lei Orgânica dos Municípios), modificada pelo art. 1º da Lei nº 3.137, de 14/07/77, eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para o exercício financeiro de 1981, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros).

**Art. 2º** - A Receita será realizada mediante a arrecadação de rubricas previstas na legislação em vigor, especificadas no Anexo nº 1 da Portaria nº 19, de 22/08/78, e de acordo com o seguinte desdobramento:

		Cr\$	Cr\$
1	<b>RECEITAS CORRENTES</b>		60.453.400
1.1	Receita Tributária	3.231.600	
1.2	Receita Patrimonial	65.400	
1.3	Receita Industrial	500	
1.4	Transferências Correntes	56.680.700	
1.5	Receitas Diversas	475.200	
2	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		9.546.600
2.2	Operação de crédito	10.000	
2.3	Alienação de bens móveis e imóveis	150.000	
2.5	Transferências de Capital	9.386.600	
	<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>70.000.000</b>	<b>70.000.000</b>

**Art. 3º** - A Despesa será realizada na forma especificada no Adendo I, da Portaria nº 9, de 28/01/74, atualizada pelas Portarias nºs 4, de 12/03/75 e 25, de 14/07/76 da SEPLAN, conforme desdobramento a seguir:

		Cr\$
01	<u>Legislativa</u>	2.278.000
02	<u>Administração e Planejamento</u>	11.733.000
04	<u>Agricultura</u>	1.283.500
05	<u>Comunicações</u>	1.148.000
08	<u>Educação e Cultura</u>	9.721.000
10	<u>Habitação e Urbanismo</u>	12.845.000
13	<u>Saúde e Saneamento</u>	4.585.500
15	<u>Assistência e Previdência</u>	8.796.000
16	<u>Transporte</u>	17.430.000
	<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>70.000.000</b>

~~**Art. 4º** – Fica ainda o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito suplementar, até o limite de trinta por cento (30%) do Orçamento das Despesas, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64 e na forma do artigo 43, §1º, itens I e IV da mesma Lei.~~

~~**Art. 5º** – Fica ainda autorizado o Poder Executivo a efetuar operações de crédito por antecipação de receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada.~~

~~**Art. 6º** – Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Alegre (ES), 02 de dezembro de 1980.~~

~~**ANTÔNIO LEMOS JÚNIOR**  
**Prefeito Municipal**~~

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.